

A ABL e os acordos ortográficos: consequências da promoção do saber letrado na formação de mercados editoriais

Angela de Aguiar ARAÚJO – UNICAMP / CNPq¹

RESUMO

Partindo do pressuposto que a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) foi um importante acontecimento no processo de gramatização do português, este artigo discute as consequências da promoção do saber letrado brasileiro e do saber do brasileiro letrado na constituição de mercados editoriais. A ABL legitimou-se como um espaço discursivo-institucional responsável pela promoção dos trabalhos técnico-científicos de fixação dos limites imaginários da língua brasileira, entre eles os acordos ortográficos. Mas como o trabalho de regularização do sistema (orto)gráfico, que se sustenta no imaginário de unidade da língua, é atravessado pelo político, pela diferença que divide o social nas relações de poder?

RESUMÉE:

Partant du présumé que la création de l'Academia Brasileira de Letras (ABL) a été un important événement dans le processus de grammatisation du portugais, cet article discute les conséquences de la promotion du savoir lettré brésilien et du savoir du brésilien lettré dans la constitution de marchés éditoriaux. L'ABL s'est légitimé comme un espace discursif-institutionnel responsable de la promotion des travaux technico-scientifiques de fixation des limites imaginaires de la langue brésilienne, parmi lesquels sont les accords orthographiques. Mais comment le travail de régularisation du système (ortho)graphique, que se soutient dans l'imaginaire de l'unité de la langue, est traversé par le politique, par la différence que divise le social dans les relations de pouvoir ?

1. Introdução

A Academia Brasileira de Letras (ABL) se legitimou, ao longo do último século, como um importante espaço discursivo-institucional de promoção da “cultura da língua e da literatura nacional”. É importante destacar que, no momento de sua fundação no final do século XIX, já estava definida essa missão, que se desdobra(ou) em diversas ações, entre elas a divulgação / promoção de instrumentos linguísticos. É o caso, por exemplo, dos acordos ortográficos.

A criação de uma academia “brasileira” e de “letras” está intimamente ligada ao processo histórico de fixação dos limites imaginários da língua *do / no* Brasil. Partindo desse pressuposto, questiona-se, neste artigo, como ações que resultam na elaboração / promoção de instrumentos linguísticos se constituíram em condições de produção / condições de formação de mercados editoriais. No caso específico deste artigo, consideram-se as ações que afirmam a necessidade de padronização do sistema (orto)gráfico baseada no imaginário de unidade da língua (nacional e / ou transnacional).

Acredita-se que, no aparelho jurídico-administrativo capitalista, o trabalho político-científico *sobre e pela* língua, aliado à revolução das técnicas de impressão, permite uma nova forma de circulação de produtos, entre eles os jornais e os livros. Essa alteração teria sustentado a formação de mercados editoriais voltados a um público capaz não somente de falar, mas também de ler e de escrever a língua nos contextos nacional e transnacional.

Atualmente, pode-se apontar como evidente o falante / leitor do português (enquanto língua nacional / transnacional), o que justificaria, inclusive, a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). No entanto, a língua ser significada como nacional / transnacional é efeito de um longo processo sociohistórico em que há a individualização do sujeito (nacional) pelo Estado (nacional). A ABL seria uma das instituições responsáveis pela afirmação do sujeito nacional, o que teria se dado, sobretudo, a partir do último século através da discursivização de acontecimentos ligados à língua *do / no* Brasil, seja pelo destaque dado a aspectos linguísticos ou gramaticais, seja por aspectos propriamente relativos à literatura.

Tomando como base o debate promovido no espaço discursivo da ABL, é possível perceber o deslizamento dos argumentos que embasam a elaboração das diversas propostas de acordos ortográficos oriundos dos dois polos (Portugal e Brasil) irradiadores de políticas públicas para o português. No início do século XX, as propostas de padronização do português se sustentaram, sobretudo, na necessidade de afirmação da nação/república através da difusão do saber letrado pelo ensino primário. Nas últimas décadas,

¹ E-mail: angela.jornalista@gmail.com

destaca-se o imperativo da expansão da língua para a apropriação/venda de bens culturais no contexto internacional, bem como para a representação política em espaços supranacionais.

Dessa forma, ao dar visibilidade à discussão acerca dos acordos ortográficos imbuída do papel de difusora do saber brasileiro letrado e do saber do brasileiro letrado, a ABL discursiviza acontecimentos ligados à língua que se inserem no processo de constituição de saberes linguísticos pela gramatização brasileira do português. Vale ressaltar que, ao se constituir a posição de autoria do Brasil frente à língua portuguesa, a gramatização brasileira se dá de forma distinta da gramatização portuguesa do português.

A constituição de um novo polo irradiador de políticas linguísticas cria, em um primeiro momento, condições de formação de um mercado nacional editorial. Mais recentemente o Brasil passa a disputar, sobretudo com Portugal, o mercado editorial internacional composto pelos falantes / leitores do português.

Dessa forma, ainda que diversas políticas públicas se sustentem no imaginário da unidade da língua, analisar instrumentos linguísticos - como os acordos ortográficos - implica no reconhecimento do político, ou seja, da diferença que divide o social nas relações de poder.

Considerando a importância do reconhecimento do político nos estudos da linguagem, utiliza-se, nesta reflexão, o referencial teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas (HIL) em diálogo com a Análise de Discurso (AD). No Brasil, o encontro desses dois campos teóricos permitiu um espaço de pesquisa que toma como fundamental a reflexão acerca do funcionamento do político no processo discursivo, ou seja, que analisa o processo de constituição dos sentidos a partir das relações de poder presentes nas práticas discursivas. Vale lembrar o que ressalta Pêcheux (2009, p. 197): um “trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo” leva à hegemonia de determinado(s) sentido(s) e não outro(s) no processo de instrumentalização linguística.

2. A naturalização do saber sobre a própria língua

Destacar o espaço discursivo e institucional da ABL visa a pensar o acontecimento discursivo da instrumentalização da língua a partir da espessura histórica que constitui a construção das ideias linguísticas no Brasil. Para compreender como se dá a ligação dessa instituição aos projetos de construção de uma unidade política tendo a unidade da língua como um dos elementos, é preciso considerar alguns processos históricos aos quais está relacionada a criação da ABL: o movimento academicista, o movimento reformista da ortografia, a institucionalização dos diversos campos disciplinares ligados ao estudo da linguagem *do* e *no* Brasil e o fortalecimento do sistema escolar.

Considerando especificamente o movimento academicista, o projeto político-linguístico de promoção do “saber” “letrado” “brasileiro” (e do “saber” do “brasileiro” “letrado”) pode ser o indício da ruptura que se instaura em relação à ex-metrópole (CASTELLO, 1969; ORLANDI, 2009; RODRIGUES, 2003). Em Portugal, a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), originalmente Academia Real das Ciências, foi fundada, em 1779, com o projeto de promoção das ciências (naturais e exatas) e das belas letras (hoje, letras). Por um lado, a ABL e a ACL podem ser inseridas na tradição da cultura moderna das academias de ciências e de letras com projetos políticos linguísticos e/ou científicos através dos quais se “devotava com paixão ao cultivo da razão, do método e da ordem do idioma” (PEVSNER, 2005, p. 80). Por outro, há uma ruptura no Brasil, onde ocorre uma separação entre letras e ciências através da criação da Academia Brasileira de Letras (1896) e da Academia Brasileira de Ciências (1916). Vale ressaltar que a fundação da Academia Francesa (1635), pela defesa da língua nacional e de um “patrimônio comum”, influenciou vários projetos academicistas, entre os quais está o da ABL.

As origens do movimento academicista remetem à Antiguidade antecedendo, portanto, o período moderno, quando se propagam as academias voltadas à promoção do saber científico e das belas letras/belas artes. Interessado no longo processo sociohistórico pelo qual lugares sociais se constituem como espaços de interpretação, Pêcheux (1997) critica a divisão social estabelecida, desde a Idade Clássica, nos gestos de leitura. Para o autor, inscritas na relação de dominação política, haveria duas culturas: a dos literatos, que toma o sentido como transparência, e a dos científicos, que nega o fato da língua pela metalinguagem universal. Ambas são legitimadas, historicamente, como lugares de interpretação, responsáveis pela administração dos sentidos e dos sujeitos nas sociedades.

Como observa Mariani (2001), os discursos das academias que se proliferaram no Brasil nos séculos XVIII e, sobretudo, XIX, permitem uma divisão na memória ao fomentarem a instauração de uma rede sociohistórica de filiação dos sentidos pela afirmação da nação e da uma unidade política distinta de Portugal. Ao promover o saber letrado, a ABL se constituiu/legitimou como um lugar de interpretação de

fatos da língua falada *no / do* Brasil. Desde a sua fundação, ela participa de trabalhos técnico-científicos de fixação dos limites imaginários da língua brasileira ou português do Brasil. Orlandi (2009) mostra como gestos de interpretação presentes em vários acontecimentos discursivos, entre eles a criação das academias, funciona(ra)m na administração daquilo que pode ou não ser dito/formulado. É o que também aponta Mariani (2001), em análise de academias criadas no Brasil, ao destacar o papel dessas instituições na organização de uma memória sobre o país pelo apagamento, ou não, de sentidos sobre a brasilidade produzidos em movimentos literários ou em movimentos científicos.

Outro ponto importante a ser considerado é que, criada aos moldes da Academia Francesa, a Academia Brasileira de Letras também esteve envolvida, desde a sua fundação, com a questão da ortografia. As propostas de simplificação da ortografia se inserem no movimento reformista que, de forma mais marcante a partir do período moderno, colocou em discussão o sistema gráfico, a escrita/a letra, associando-a à possibilidade de ascensão a um saber culto (letrado/escolarizado) e a um grupo de falantes de uma língua circunscrita aos limites do saber metalinguístico e do Estado. Por isso, a instrumentalização da língua passa, antes de assumir um caráter de cientificidade com o trabalho da linguística, pela atividade do gramático e do lexicólogo/lexicógrafo: era preciso primeiro saber/inventar a própria língua para, então, saber que se sabe a própria língua. As reformas da ortografia, no contexto dos estados nacionais, servem à afirmação do sujeito nacional:

las revoluciones burguesas acentúan el tratamiento político de la cuestión de la lengua. Por eso, las acciones sobre el sistema gráfico, entre las cuales se incluyen las reformas ortográficas, pueden ser vistas, más allá de su incidencia en el desarrollo económico y en las reestructuraciones y disciplinamiento del universo social, como formas, para los Estados, de afirmar las entidades políticas, de marcar la nación en la lengua legitimando determinadas opciones e imponiéndolas a los sujetos (ARNOUX, 2008, p. 164)².

Partindo de reflexões propostas por Arnoux (2008) e Blanche-Benveniste e Chervel (1978) sobre a reforma ortográfica no Chile e na França, é possível perceber o deslocamento no movimento reformista ao longo de vários séculos. Em sua origem ele esteve ligado à difusão do saber letrado pelo ensino primário (pela escolarização). Mais recentemente, já no final do século XX, há a justificação dos acordos ortográficos pela necessidade de expansão da língua frente aos possíveis mercados editoriais no contexto internacional, bem como para a representação política, em espaços supranacionais.

Aos movimentos academicista e reformista podem ser acrescidas as revoluções, apontadas por teóricos da linguagem, ligadas à escrita e à leitura. Auroux (1992) sustenta a importância da primeira revolução da linguagem, a escrita, que foi fundamental para a posterior revolução da gramatização; ambas tendo influenciado o desenvolvimento da ciência moderna. Chartier (1999), por sua vez, aponta a importância das revoluções da leitura que possibilitaram uma nova prática de leitura: visual, individual e silenciosa, permitiu um instrumento de trabalho intelectual. O aumento da massa de leitores, a proliferação de materiais e a ação pedagógica escolar de direcionamento das formas de leitura teriam marcado, ainda segundo Chartier, a possibilidade de diferentes usos e efeitos. Mesmo que não seja possível a sobreposição do que propõe esses dois autores, é possível pensar que, no longo processo sociohistórico do qual resulta o predomínio da lógica de escrita ocidental, há uma progressiva justificação da instrumentalização da língua por critérios de cientificidade. Apaga-se, no entanto, o processo de constituição do saber metalinguístico. Resta a evidência de uma língua desde sempre já dada.

A relação cada vez mais próxima entre a ordem (ordenação) da língua e ordem (ordenação) da estrutura política de governo abre espaço para reflexões adicionais. Por um lado, é possível dizer que o saber letrado (ou o impedimento de acesso a ele), que se sustenta(ou) na gramatização da(s) língua(s) e na disciplinarização do(s) saber(es), está ligado ao imaginário de unidade da escrita nacional (CHARTIER, 2000; HIGOUNET, 2006). Por outro lado, a escolarização, como descreve Pfeiffer (2005, p. 30), é o lugar específico onde se dá a relação entre sujeito e língua, onde são naturalizados sentidos de unidade pelo *saber* a língua, “tomada na equivalência da metalinguagem que fala sobre a língua, apagando o gesto de

² As revoluções burguesas acentuam o tratamento político da questão da língua. Por isso, as ações sobre o sistema gráfico, entre as quais se incluem as reformas ortográficas, podem ser vistas, para além de sua incidência no desenvolvimento econômico e nas reestruturações e disciplinamento do universo social, como formas para os Estados afirmarem as entidades políticas e marcarem a nação na língua, legitimando determinadas opções e impondo-as aos sujeitos (tradução nossa).

interpretação que constitui essa metalinguagem: língua e metalinguagem estão coladas, negando-se com isso a metalinguagem enquanto um efeito de interpretação da língua” (grifos da autora).

Dessa forma, a língua é sabida enquanto saber disciplinarizado e passível de transmissão por sua didatização, como destacam Chiss e Puech (2004). Apaga-se, no entanto, o processo pelo qual a língua se dá a saber pelo fato de haver um *saber sobre* a língua: resta, ao final, a evidência do *saber a* língua, pois *sabe-se que se sabe* pela sobreposição do saber metalinguístico à língua, dotando-a de um sentido de cientificidade. Ao longo do século XX, dois acontecimentos são fundamentais para a constituição do saber sobre a língua e para a transmissão do saber sobre a língua: a constituição dos diversos campos das ciências da linguagem e a estruturação do sistema educacional. Uma vez naturalizado o saber a própria língua e constituída uma massa de falantes / leitores da língua falada no Brasil, é possível pensar a posição de autoria do país pelo processo de gramatização brasileira do português como condição para o projeto político de expansão da ação no mercado editorial internacional. Se inicialmente as propostas de regularização da (orto)grafia estavam fortemente ligadas ao fortalecimento da instituição escolar brasileira e da formação do público de falantes / leitores que se identificam à língua nacional, mais recentemente as ações se ligam a um discurso político-econômico-científico.

3. Quando o político-econômico sobredetermina os sentidos sobre a língua

Pesquisas recentes têm se baseado na hipótese de que um novo acontecimento discursivo marca a instrumentalização do português ao final do século XX. Segundo Zoppi-Fontana (2009, p. 17), há um “novo processo de gramatização no Brasil, uma nova dimensão da língua brasileira, que passa a ser significada a partir de uma dupla determinação discursiva: como língua nacional e como língua transnacional”. Novas relações de significação são possíveis quando à língua portuguesa são associados, pelo discurso político-econômico-científico, os benefícios e a inevitabilidade “da globalização enquanto formação de um mercado mundial único, com uma moeda comum e uma língua comum” (MARIANI, 2008, p. 9). O novo processo de gramatização está associado às condições de produção do discurso sobre a língua articulado/formulado em espaços enunciativos/discursivos transnacionais:

Definimos, então, uma língua transnacional a partir de sua projeção imaginária sobre as outras com as quais se encontra em relação de disputa pela dominação histórica de um espaço de enunciação transnacional, representando-se como cobertura simbólica e imaginária de relações estabelecidas entre os falantes das diversas línguas que integram esse espaço. Trata-se de uma língua que transborda as fronteiras do Estado-Nação no qual foi historicamente constituída e com o qual mantém fortes laços metonímicos. (...) a língua brasileira na sua dimensão transnacional é significada como instrumento de penetração do Estado e Mercado brasileiros em territórios para além das suas fronteiras nacionais (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 21).

Nesse novo processo de gramatização do português, surgem dois novos acontecimentos ligados ao processo de estabelecimento dos limites imaginários da língua: a criação da Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a proposta de reforma ortográfica. Ainda que acordada entre os membros da comunidade, o debate acerca da proposta de padronização da ortografia se dá, sobretudo, entre os dois países que estabeleceram uma posição de autoria frente ao processo de gramatização da língua portuguesa. Isso implica no reconhecimento da divisão dos sujeitos e dos sentidos se considerados o português de Portugal (resultante do processo de gramatização portuguesa do português) e o português do Brasil (resultante do processo de gramatização brasileira do português). Mas o que a formação da CPLP e o acordo ortográfico fazem silenciar na junção países-língua-portuguesa? A relação entre o simbólico (discurso) e a história (contradição) pressupõe que a materialidade discursiva é marcada pelo funcionamento da contradição, no qual o lugar de produção do consenso corresponderia ao lugar de produção da diferença. Segundo Courtine (2006), a contradição instaura a divisão ao mesmo tempo em que apaga o que divide os sentidos e os sujeitos, tornando evidente a ilusão de unidade naquilo que imaginariamente se individualiza pela divisão. Essa é a divisão apagada quando resta a evidência da unidade consensual de “países de língua portuguesa” ou a evidência da unidade na ordem da língua pela ortografia.

A formação de países (estados nacionais) e a definição do português como idioma oficial resultaram, contudo, de longo processo histórico no qual o trabalho político-científico permitiu a regularização e a hegemonia de certas línguas (e não outras) no aparelho jurídico-administrativo capitalista (GADET &

PÊCHEUX, 2004; PÊCHEUX, 2009). No trabalho de “recobrimento-reprodução-reinscrição” dos sentidos, apagou-se a relação colonizador/colonizado – pelo deslocamento da política de “colonização linguística” – descrita por MARIANI (2004) - para a política de “descolonização linguística” – tal como descreve ORLANDI (2009). No contexto de estados nacionais independentes, ex-colônias e ex-metrópole se unem para a construção de uma política linguística. No entanto, é necessário considerar a importância da posição de autoria brasileira na formulação desses instrumentos políticos, uma vez que o Brasil se destaca não somente como um polo de gramatização do português, mas também como um dos países que disputa o mercado editorial internacional formado por falantes / leitores da língua.

Um importante deslocamento deve ser considerado. No início do século XX, o foco estava na escolarização, sendo que o projeto de letramento estava ligado ao de constituição de uma nação. Ao final do século XX, há a implantação de projetos político-linguísticos que, ao sustentarem sentidos do transnacional, estabelecem uma agenda de políticas públicas, vinculando países onde se fala o português. Nesse período, apesar de a ABL continuar como um espaço de promoção e de circulação de saberes sobre a língua, há uma distinção marcada entre a ação da academia e de outros espaços, como as universidades e o Ministério das Relações Exteriores. Isso talvez se deva ao fato de os espaços discursivo-institucionais, promotores de políticas linguísticas, estarem marcados por uma já concretizada institucionalização do Estado / dos Saberes.

Para ilustrar a deriva na rede sociohistórica de filiação dos sentidos, serão apresentadas duas seqüências discursivas (SD) retiradas de materiais divulgados pela ABL destinados à discussão acerca de propostas de acordos ortográficos. A primeira foi retirada da Revista da Academia Brasileira de Letras. Na primeira metade do século XX, observa-se a reivindicação da reforma fortemente ligada à afirmação da nação. A reforma da constituição, considerada *o contrato colectivo da nacionalidade*, se confunde com a reforma da educação primária, como pode ser observado na SD 1:

SD1: O Brasil não se póde desinteressar da formação dos brasileiros; há mister um orçamento “nacional” da educação, com fundos próprios, imposto especial, ou patrimônio de terras devolutas, para termos a “nossa” escola única, disseminada, profusa, usina “em serie” de formação dos “mesmos” brasileiros, educados e cultos, e não, como agora, diversos pela alma e pela capacidade, isolados nos seus confinamentos regionais, nortistas e gaúchos, litoraneos e sertanejos, nordestinos e sulistas, Brasil que se desagrega porque a educação fundamental não pôde fazer brasileiros, mas alguns cearenses, bahianos, mineiros, paulistas ou rio-grandenses... Só este problema justifica uma reforma da Constituição.³

Outras questões podem ser destacadas na SD 1. Há uma clara relação da reforma ortográfica ao processo de escolarização como aquilo que possibilitaria a identificação do sujeito (nacional) à língua (nacional). O uso das aspas pode sugerir a tensão entre os sentidos do nacional e a não unidade efetiva da língua.

Percebe-se um deslocamento de sentido em relação à SD 2, retirada de texto publicado no século XXI.

Isso retira do projeto de unidade ortográfica o caráter de catastrofismo que quiseram lhe imputar, em alguns casos por inspiração de pessoas interessadas, em outros “para evitar que o Brasil se torne ainda mais hegemônico”. Na segunda hipótese, uma grande bobagem. A comunidade lusófona é constituída de 200 milhões de pessoas, representando o Brasil cerca de 80% desse total. O que se deve exaltar é o desejo de não impor nada, as nossas autoridades trabalhando pacientemente, com o apoio da ABL, para que a unificação se faça com a adesão de todas as nações concernentes.

(...)

O idioma português é o quinto mais falado do mundo, alcançando 200 milhões de pessoas. A comunidade lusófona é constituída por Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (os cinco últimos na África) e por Macau, Timor Leste e Goa no Oriente, onde também esteve presente a colonização portuguesa. O especialista Sílvio Elia tinha certeza de que, apesar dos pesares, o português está em expansão no mundo. A elaboração de um

³ Recorte retirado de texto assinado por Afranio Peixoto publicado na Revista da Academia Brasileira de Letras, edição 46 de outubro de 1925.

vocabulário geral da língua portuguesa é tarefa prioritária da Academia Brasileira de Letras, por intermédio do seu Conselho de Lexicografia.

Também premente é a necessidade de unificação da terminologia científica e técnica, no caso envolvendo grande interesse econômico, dadas as características vigentes de globalização.

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial à unidade intercontinental do português e para seu prestígio no mundo. Tal situação remonta a 1911, ano em que foi adotada, em Portugal, a primeira grande reforma ortográfica, mas que não foi extensiva ao Brasil.⁴

No trecho, destaca-se a posição hegemônica do Brasil no contexto de formulação do acordo ainda que também seja ressaltada a necessidade de adesão de todos os países membros da CPLP. Há ainda a menção à divisão pelas duas ortografias oficiais da língua portuguesa ou os dois processos distintos de gramatização do português. Outra questão importante é a ação mais técnica assumida pela ABL, enquanto autoridades brasileiras fariam o trabalho na esfera política de construção do acordo.

Ao contrário da primeira sequência na qual a língua está associada a um projeto de escolarização para a promoção da identificação do sujeito (nacional) ao Estado (nacional), na segunda sequência, a determinação político-econômica se faz notar pela menção à globalização e às autoridades que agem na construção do acordo.

A divisão pelas diferentes memórias a sustentar os sentidos da língua falada no Brasil – bem como nas outras ex-colônias - e em Portugal nos faz pensar não somente a separação entre dois processos de gramatização do português. Há o efeito de unidade que resulta dessa divisão: a unidade da língua portuguesa do Brasil e a unidade da língua portuguesa de Portugal. Para a desconstrução da evidência da unidade da língua, é preciso compreender os processos sociohistóricos (bem como a relação entre eles) de constituição do Estado, de instituições como a ABL e de saberes sobre a língua fala *no / do* Brasil.

É importante considerar que, do lugar social de falante-leitor/país de língua portuguesa, projetam-se diferentes posições discursivas que não se complementam formando uma unidade. A contradição (considerada na teoria da AD como o real da história) marca as distintas posições discursivas resultantes dos diferentes processos sociohistóricos vividos por cada ex-colônia e pela ex-metrópole. Esse funcionamento discursivo marca, antes, a diferença pela divisão dos sentidos posta não somente na relação entre os países de língua portuguesa, como também pelas dissensões internas a cada estado nacional que tenha participado (como colonizador ou como colonizado) da colonização linguística realizada por Portugal. Guimarães (1997, s/n) apresenta importante reflexão acerca da divisão no espaço de enunciação, que pode ser também considerada para análise de processos discursivos:

considerar esta diversidade de posições é colocar de início o espaço do litígio, do conflito como parte do objeto que nos cabe ao se falar de política de línguas. E não se trata de discutir sobre o modo de unificar estes princípios como forma de superar o conflito. Ao contrário, trata-se de refletir sobre o modo de funcionamento do litígio no qual as posições procuram sustentar a igualdade de direito à enunciação, à significação.

Para finalizar, é importante considerar que a promoção de um “saber” “letrado” “brasileiro” (ou um “saber” do “brasileiro” “letrado”) é constitutivamente marcada pela divisão dos sentidos: a) as Letras e as divisões internas (gramática, literatura, linguística, bem como suas subdivisões); b) as Letras e a distinção entre o técnico e o científico; c) as Letras e a distinção entre culto / letrado e não-culto / popular; d) as Letras e a distinção entre oralidade e escrita; e) as Letras e a relação interdisciplinar com outros campos de saberes; f) as Letras e o trabalho político-científico de constituição de práticas e de saberes linguísticos. Instaura-se nesse processo a divisão de sentidos e dos sujeitos a partir da significação das Letras (disciplina, campo de saber, letra, culto, técnico, científico, etc) indício da relação constitutiva entre simbólico (linguagem/língua) e político (história).

3. Conclusão

⁴ Recorte retirado texto assinado por Arnaldo Niskier e retirado em 12/12/2009, do site, <http://www.machadodeassis.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2454&sid=19>, da Academia Brasileira de Letras.

Pensar a língua portuguesa em uma perspectiva discursiva nos obriga a buscar compreender na estrutura das teorizações a materialidade discursiva contraditória. Tirar do lugar da evidência aquilo que se mostra como um sentido já dado - a unidade da língua - implica perceber que a unidade da língua portuguesa é uma construção imaginária. Partindo do pressuposto de que há algo próprio ao brasileiro no discurso sobre o fato linguístico, foram exploradas algumas questões para avançar a reflexão sobre as implicações da promoção do saber letrado tendo como foco o espaço discursivo-institucional da ABL.

Referência Bibliográfica

- ARNOUX, Elvira. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado*. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992. Trad. Eni Puccinelli Orlandi.
- BLANCHE-BENVENISTE, C.; CHERVEL, A. *L'orthographe*. França: François Maspero, 1978.
- DEBORDES, F. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifique. In : *Histoire des idées linguistiques. Tomo I*. Bruxelas, Bélgica: Pierre Mardaga, 1989.
- CASTELLO, J. A. *O movimento academicista no Brasil. 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.
- CHARTIER, R. As revoluções da leitura no ocidente. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: 1999.
- _____. *Las revoluciones de la cultura escrita*. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000, Trad. Alberto Luis Bixio.
- CHISS, Jean-Louis e PUECH, Christian. *Le langage et ses disciplines*. Paris, Bruxelles: Duculot, 1999.
- COURTINE, J. J.. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006, Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho.
- HIGOUMET, C. *L'écriture*. France: Puf, 2006.
- MARIANI, Bethania. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: *História das Idéias Lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001, pp. 99-124.
- _____. *Colonização lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. Quanto Vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e lingüísticas. In: *Revista Encontros de Vista*. Recife, PE, 2: pp. 1-12, jul.-dez. 2008.
- ORLANDI, Eni. *Língua brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004, Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Mello.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009, Trad. Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho e Silvana Mabel Serrani.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de Leitura: a história no discurso*. Campinas, SP: Editora do Unicamp, 1997, pp. 55-64, Trad. Maria das Graças Amaral.
- PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, Trad. Vera Maria Pereira, coordenação de Sergio Miceli.
- PFEIFFER, C. R. C. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: *Sentido e Memória*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras. Literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). O português do Brasil como língua transnacional. In: *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, SP: 2009, pp. 13-41.